

BRASILIANAS

Agência Brasília

William França



A taxa anual de desocupação no DF foi de 7,5%

DF registra menor taxa de desemprego da série histórica

O Distrito Federal encerrou 2025 com indicadores positivos no mercado de trabalho. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) divulgada pelo IBGE nesta sexta-feira (20), a taxa anual de desocupação na capital federal foi de 7,5%, o menor índice da série histórica iniciada em 2012. O resultado representa uma queda de 2,2 pontos percentuais em relação a 2024 e confirma a tendência de recuperação do emprego na região.

No quarto trimestre de 2025, a população ocupada no DF foi estimada em 1,56 milhão de pessoas, alta de 3,9% frente ao mesmo período do ano anterior. O nível de ocupação — proporção de pessoas com trabalho entre aquelas com 14 anos ou mais — chegou a 62,5% no trimestre. No acumulado do ano, o índice foi de 63,3%, recorde da série e superior tanto ao registrado em 2024 quanto ao de 2012, quando a pesquisa começou.

Os maiores contingentes de ocupados estavam no setor privado, com 800 mil trabalhadores (51,4%), seguido pelo setor público, com 338 mil (21,7%), e pelos trabalhadores por conta própria, que somaram 264 mil (16,9%). O número de empregados no setor público cresceu 17,5% em relação ao mesmo trimestre de 2024.

Reprodução/OAB-DF



Reprodução da capa da publicação

OAB/DF revê luta pelo voto da mulher

A Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF), por meio de sua Comissão de Direito Eleitoral e pela Diretoria da Mulher, lança a cartilha "O Voto Feminino no Brasil: História, Luta e Democracia". Evento será durante a reunião da Comissão de Direito Eleitoral, que ocorrerá na noite desta segunda-feira (23). É uma ação que antecipa a celebração do dia 24 de fevereiro (data que simboliza a vitória do sufrágio no país). A proposta da cartilha é oferecer um mergulho na mobilização política, intelectual e jurídica que garantiu às mulheres o direito de votar e serem votadas.

Escrita pelas advogadas Nildete Santana de Oliveira (diretora da Mulher da OAB/DF) e Eliane da Costa Ávila (secretária-geral adjunta da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/DF), a publicação reforça que o sufrágio feminino não foi um presente, mas uma conquista extraída de intensos espaços de luta.

A cartilha percorre os principais marcos legais da participação feminina, desde 1927.

Informalidade também em queda

A informalidade também apresentou queda. No quarto trimestre, 27,1% da população ocupada estava em situação informal, o equivalente a 422 mil pessoas. O índice é o segundo menor entre as unidades da federação, atrás apenas de Santa Catarina (25,7%). No acumulado anual, a taxa de informalidade passou de 29,6% em 2024 para 27,3% em 2025. Os maiores grupos de trabalhadores informais eram empregados do setor privado sem carteira (187 mil) e ocupados por conta própria sem CNPJ (170 mil).

O número de desocupados no DF foi estimado em 113 mil pessoas no quarto trimestre, com taxa de 6,8%, também a menor da série histórica. O resultado representa queda de 1,2 ponto percentual em relação ao trimestre anterior e de 2,3 pontos percentuais frente ao mesmo período de 2024. O contingente de desalentados — pessoas que desistiram de procurar trabalho por diferentes razões — foi de 18 mil. Em relação ao desempenho nacional, o Distrito Federal apresentou resultados acima da média em alguns indicadores.

A ANABB celebra seus 40 anos

A Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) completou 40 anos na última sexta-feira (20) e celebrou a data com um evento no Unique Palace, em Brasília.

Fundada em 1986 por 74 funcionários, em meio a um período de forte instabilidade econômica no país, a ANABB consolidou-se como a maior entidade representativa de uma única categoria de trabalhadores na América Latina, superando 100 mil associados ao longo de sua trajetória.

Ao longo de quatro décadas, a entidade teve atuação destacada na defesa do caráter público do Banco do Brasil, na proteção dos direitos de funcionários da ativa, aposentados e pensionistas e na garantia de avanços na previdência complementar e na assistência à saúde. A ANABB liderou ações judiciais que resultaram em ressarcimentos bilionários aos associados, com vitórias relevantes envolvendo FGTS, Imposto de Renda e planos econômicos, além de atuar firmemente em temas relacionados à Previ e à Cassi.



O contraceptivo pode ficar no corpo por até três anos

DF: implante contraceptivo Implanon chega às UBS

O método tem taxa superior a 99% na prevenção da gravidez

O implante subdérmico Implanon passa agora a ser oferecido nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Distrito Federal.

O método foi incorporado recentemente ao Sistema Único de Saúde (SUS) e, neste primeiro momento, será destinado a grupos prioritários. O Ministério da Saúde (MS) enviou cerca de 10,1 mil unidades para a rede local.

A Secretaria de Saúde (SES-DF) informou que a ampliação do público atendido ocorrerá após o recebimento de novo quantitativo. Enquanto isso, o acesso seguirá critérios previamente definidos pela pasta.

O Implanon é um implante liberador de etonogestrel inserido sob a pele do braço.

Classificado como contraceptivo reversível de longa duração, pode permanecer no organismo por até três anos. A aplicação é feita por médicos ou enfermeiros capacitados, com anestesia local, em um procedimento considerado simples e rápido.

Por não depender de uso diário ou periódico, como pílulas ou injeções, o método apresenta taxa de eficácia superior a 99% na prevenção da gravidez. A efetividade é comparável à laqueadura, sem necessidade de cirurgia.

A indicação ocorre após avaliação clínica e orientação na atenção primária. Atualmente, a rede do DF disponibiliza preservativos, anticoncepcionais orais, injetáveis, dispositivo intrauteri-

no (DIU) e esterilização cirúrgica. Entre essas opções, apenas os preservativos oferecem proteção contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

Nesta etapa inicial, o implante será ofertado a meninas e mulheres de 14 a 49 anos que integrem grupos específicos.

Estão incluídas adolescentes de 14 a 19 anos, com ou sem histórico de gestação, mulheres em situação de rua, vivendo com HIV/aids, em uso de talidomida ou parceiras estáveis de usuários do medicamento, além de pacientes com tuberculose MDR em tratamento com aminoglicosídeos. Também fazem parte do público prioritário no SUS mulheres indígenas, imigrantes, refugiadas ou apátridas, com endometriose profunda, profissionais do sexo e homens trans.

A lista contempla ainda mulheres privadas de liberdade, adolescentes em medida socioeducativa, vítimas de violência sexual que realizaram aborto legal no Programa de Interrupção Gestacional Prevista em Lei (PIGL-DF) e casos de violência doméstica encaminhados por serviços de apoio. Podem receber o implante mulheres com deficiência que não desejem gestar ou cuja condição contraindique gravidez, puérperas de alto risco com comorbidades graves e moradoras de áreas rurais.

A operação é feita nas UBS, por equipes de Saúde da Família.